

# Desenvolvendo a autonomia de uma aluna com deficiência visual

**William Júnio do Carmo**

*Mestre em Sistemas de Produção em Agropecuária  
Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)*

**Wesley Antônio Gonçalves**

*Doutor em Administração  
Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)*

**Ana Luiza Gomes Diniz Rabelo do Amaral**

*Aluna do curso Superior em Administração  
Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)*

**Luciana Hiandra Nunes Rocha**

*Aluna do curso Superior em Administração  
Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)*

**Alisson Barcelar Cardoso**

*Pós-Graduado em Libras  
Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)*

**Cleonice Eva da Silva Gomes**

*Especialista em Gestão, Supervisão e orientação Escolar  
Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)*

**Janair Gomes de Matos**

*Pós-graduada em docência do  
Ensino Superior e Educação Infantil  
Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)*

**Joana Rodolfo de Queiroz**

*Técnica em Assuntos Educacionais  
Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)*

**Marcia Carvalho dos Santos**

*Especialista em Didática  
Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)*

**Ronaldo Eduardo Dilascio**

*Mestre em Administração  
Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)*

**Rui André da Silva Ribeiro**

*Psicólogo  
Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)*

**Rutiléia Maria de Lima Portes**

*Mestre em Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)*

**Vanusa de Assis Silva Moura**

*Mestre em Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)*

## Resumo

O caminho traçado por esse Projeto de Extensão, cujo título "Relato de experiência: desenvolvendo a autonomia de uma pessoa com deficiência visual", tem a proposta principal de buscar formas de uma aluna cega, aprofundar-se em conhecimento da informática, interpretação de imagens, conhecimento do Braille, aprimoramento da pronúncia do português e maneiras de aprender a matemática, dentre todas as outras disciplinas constantes no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, no qual ela está matriculada, até alcançar a aprendizagem dos idiomas inglês e espanhol oferecidos em classe. Em 2015, foi publicado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o qual afirma que o direito da pessoa com deficiência à educação está assegurado em sistema educacional inclusivo em todos os níveis e ter aprendido ao longo de toda a sua vida, de maneira que essa pessoa alcance o máximo desenvolvimento possível de seus talentos, sejam sensoriais, sejam intelectuais, sociais e também suas habilidades físicas, de acordo com suas características, inte-

resses e necessidades dentro da aprendizagem. Esse Projeto viabilizou, por meio de duas discentes bolsistas extensionistas, responsáveis pela parte de acompanhamento de uma aluna com deficiência visual, a inclusão, permanência e êxito ao ambiente escolar, ao possibilitar o ensino-aprendizado numa perspectiva inclusiva, oferecida pela instituição de ensino IFTM Campus Paracatu - MG.

**Palavras-chave:** Relato. Experiência. Deficiência visual. Inclusão. Permanência.

## Introdução

O estudo refere-se a um trabalho de Educação Social, com foco no Estatuto da Pessoa com Deficiência, o qual enfatiza que o direito da pessoa com deficiência à educação, deve ser assegurado em sistema educacional inclusivo em todos os níveis e em toda a sua vida, oportunizando alcançar o máximo desenvolvimento em todos os seus senti-

dos e suas habilidades, necessárias dentro de sua aprendizagem.

Nessa perspectiva, o tema do estudo está embasado na promoção, inclusão e permanência de uma aluna com deficiência visual (cegueira) na instituição escolar, buscando inseri-la dentro do ambiente escolar, ofertando recursos necessários para seu desenvolvimento educacional.

Esse trabalho veio esclarecer as condições que estão sendo oferecidas a essa aluna de deficiência visual (cegueira) no ambiente escolar, baseados em uma inclusão com ensino de qualidade, oferecidos através da preparação, adaptação e condições de auxílios provenientes da instituição.

No entanto, o caminho traçado pelo projeto foi de buscar formas de a aluna aprofundar no conhecimento da interpretação de imagens, no conhecimento do sistema da escrita Braille, melhorar a pronúncia do português e maneiras de aprender a matemática, dentre todas as outras disciplinas constantes no PPC do ensino técnico em administração integrado ao ensino médio, até chegar a aprender inglês e espanhol.

O estudo se justifica, uma vez que pretende gerar avanços gerenciais e/ou científico, ao observar a inserção e permanência, através do desenvolvimento da autonomia, usando várias formas no processo de ensino e aprendizagem em uma perspectiva inclusiva.

Tem como objetivo geral a inclusão, permanência e êxito na instituição de uma aluna com deficiência visual (cegueira) e, por objetivos específicos, demonstrar a seu público a preocupação com a educação da pessoa com deficiência visual; trabalhar as dificuldades encontradas de interação com o ambiente escolar; desenvolver atividades que a façam aprender novas técnicas de conhecimentos; e contribuir para a inclusão, permanência e autonomia dessa aluna.

A unidade de observação foi uma aluna com deficiência visual (cegueira) matriculada no curso técnico em Administração integrado ao ensino médio no Instituto Federal do Triângulo Mineiro - IFTM *Campus* Paracatu/MG.

O estudo inicia-se por reuniões, relatos de experiência de servidores pertencentes ao núcleo de apoio psicopedagógico, docentes pertencentes ao curso técnico em administração integrado ao ensino médio, as bolsistas monitoras acompanhantes da aluna diariamente, os pais da aluna e a aluna.

No *Ad Referendum* nº 79/2014, que versa sobre a aprovação do Projeto Técnico em Administração, Integrado ao ensino Médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM *Campus* Paracatu, os princípios norteadores do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração oferecido por este *campus*, estão em consonância com a Lei nº 9.394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Tem como princípio permear todo o currículo de forma transversal e integrada, destacando,

entre outros eixos: I. Formação humanística; II. Cidadania; III. Ética; IV. Desenvolvimento social, de solidariedade e trabalho em equipe.

É importante e necessária uma reflexão sobre quais condições a instituição está oferecendo a essa aluna com deficiência visual (cegueira). É esse o ponto de partida que o estudo pretendeu alcançar, ou seja, a verificação das condições de ensino-aprendizagem que estão oferecendo para a aluna matriculada na instituição de ensino IFTM *Campus* Paracatu.

A pesquisa foi iniciada no mês de abril de 2019 e finalizada no mês de novembro de 2019, sendo desenvolvida em cinco fases, a saber: primeira constituiu a introdução, explanando sobre a escolha do tema e pesquisa bibliográfica, de modo a iniciar um posicionamento em relação a definição do tema; a segunda foi a construção da metodologia; a terceira consistiu na fundamentação teórica e coleta de dados; a quarta na organização e apresentação dos resultados; a quinta e última na construção das considerações finais do estudo.

A seguir, seguem os dados a serem apresentados e analisados conforme as categorias propostas.

## Metodologia

Segundo Gil (2002, p. 17), a pesquisa pode ser definida como um procedimento racional e sistemático que tem o objetivo de proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Desse modo, para atingir os objetivos propostos nesse estudo, desenvolveu-se a abordagem qualitativa, sob a ótica do ambiente natural fonte direta dos dados e a pesquisa qualitativa descritiva, tendo o pesquisador instrumento, no auxílio do levantamento dos dados necessários a formação da análise.

A Pesquisa Bibliográfica, segundo Gil (2002, p. 44), "será desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" e, atualmente, com material disponibilizado na Internet.

Assim, por meio de uma pesquisa qualitativa denominada estudo de caso etnográfico, foram abordados vários métodos de coletas de dados, a exemplo, a observação direta de atividades do ambiente estudado e relatos de entrevistas com os informantes, no intuito de captar explicações e interpretações da realidade do que se objetiva com o estudo de caso, o qual é sempre delimitado, simples e específico e deve ter em seus contornos, situações claras e definidas no desenrolar do estudo. O caso ganha destaque pela constituição de uma unidade dentro de um sistema mais amplo (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

Quanto aos fins e aos meios, de acordo com a classificação de Vergara (2004), a pesquisa é descritiva se tiver o estudo de caso como base para coletar os dados, complementados com documentos que forem apresentados no decorrer das observações.

A escolha da amostra se constitui em não probabilística por acessibilidade, uma vez que esse procedimento consiste em simplesmente contatar unidades convenientes da amostragem, sendo possível recrutar respondentes tais como estudantes em sala de aula e demais pessoas do ambiente estudado (AAKER, KUMAR e DAY, p. 376).

## Fundamentação teórica

### Deficiência e Deficiência Visual

Para o entendimento de deficiência, Omote (2004) define que não basta olhar para aquele que é considerado deficiente, buscando no seu organismo ou no seu comportamento, atributos que possam ser identificados como sendo a própria deficiência ou algo correlato dela. Precisa olhar para o contexto no qual com seu sistema de crenças e valores e com a dinâmica própria de negociação, alguém é identificado e tratado como deficiente e por este é condicionado.

Deficiência visual, segundo Carvalho (1994), é a uma perda severa de visão que não pode ser corrigida por tratamento clínico ou cirúrgico e nem com uso de óculos convencionais. Pode ser descrita como grau de enfraquecimento visual que cause incapacidade funcional e diminua o desempenho visual. Não está apenas relacionada aos fatores visuais, mas também às reações da pessoa a perda visual e aos fatores ambientais que interferem no desempenho.

O ministério da Educação (MEC), através de seus parâmetros curriculares nacionais (PCNs) (1999), considera cegueira no ponto de vista clínico, a perda da visão em ambos os olhos e no ponto de vista educacional, a perda total ou residual visual mínima da visão, que leva o indivíduo a necessitar de métodos Braille como meio de leitura e escrita, recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação.

### Orientação e Mobilidade

Segundo Mazzaro (2007), a definição de Orientação é um processo de utilização dos sentidos remanescentes para estabelecer a própria posição e relacionamento com outros objetos no meio ambiente, destacando cinco fases obrigatórias para que o deficiente visual possa chegar a mobilidade: percepção, captando as informações do meio ambiente pelos canais sensoriais; análise, organizando essas percepções; seleção, escolhendo os principais elementos para satisfazer as necessidades de orientação; planejamento, sendo o plano para chegar ao objetivo proposto e a execução, sendo a mobilidade propriamente dita.

Mobilidade é definida por Weishaln (1990) como a habilidade de poder locomover com segurança, eficiência e com conforto dentro do meio ambiente, utilizando-se dos sentidos remanescentes, que nada mais é do que as percepções não

visuais, como a audição, o tato, o olfato, a memória muscular e a cinestesia.

É muito importante que a pessoa vivencie o seu espaço para poder compreendê-lo, seja dentro de sua casa, de modo a conhecer o ponto de entrada da porta, o seu quarto, o banheiro. Em uma escola, dentro de uma sala de aula, o local da mesa do professor, a sua carteira, as demais carteiras e as janelas da sala.

Para Domingues (2010), é fundamental se deslocar no ambiente, de forma a garantir habilidades e capacidades de exploração, componentes essenciais para amadurecer a orientação e desenvolver a mobilidade, conceitos que levam ao desenvolvimento de uma visão aprendida.

### Educação Especial Inclusiva

Em 06 de julho de 2015, foi publicado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, com a lei nº 13.146, instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania e para aplicação desta lei.

Fundamentado na lei, considera-se por acessibilidade a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana quanto na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Pela tecnologia assistiva ou ajuda técnica, considera-se os produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Nas adaptações razoáveis, consideram-se as adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

Entende-se ser a pessoa com mobilidade reduzida, aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.

Considera-se que o profissional de apoio escolar seja a pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante

com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária sua colaboração, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

Um acompanhante significa aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

Em relação ao direito à educação, o artigo 28 Incumbe ao poder público:

Assegurar, criar, desenvolver, programar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida e permear todo o currículo de forma transversal e integrada, destacando, entre outros eixos: I. Formação humanística; II. Cidadania; III. Ética; IV. Desenvolvimento social, de solidariedade e trabalho em equipe. (BRASIL, 2015, p. 07)

O contexto descrito acima evidencia uma grande conquista em prol da inclusão de pessoas com deficiências.

Segundo Omote (2004), em razão dessas conquistas aconteceu um enorme movimento de educadores buscando qualificação para anteder essa nova mudança, por causa dos pais de alunos com deficiência buscarem assegurar o direito de seus filhos, independentes da natureza de suas deficiências.

No mesmo pensamento, Galvão (2009) reforça que esse fato, foi o estágio embrionário para o desenvolvimento das tecnologias assistivas, especialmente no que se refere à educação, pois instituições voltaram-se à educação de crianças cegas e surdas.

Completa Carvalho (1994) que a inclusão de pessoas com deficiência não pode ser consideradas uma simples inserção física no ensino comum, mas sim uma implementação de políticas educacionais que influenciem a produção de conhecimento e incluam o direito à educação para essas pessoas.

Sobre o mesmo assunto, Mazzaro (2007) reforça que os professores devam adequar suas práticas pedagógicas às propostas de inclusão, mesmo que as escolas não possuam essas condições para atender as diversidades existentes. O autor questiona uma postura aos problemas relacionados a educação inclusiva, que as autoridades nacionais devam assumir perante outros países que superaram esses problemas básicos de deficiência em inclusão.

Contudo, Prado (2007) diz que a inclusão escolar do aluno com deficiência deve ocorrer com eficácia, tendo um trabalho em conjunto com profissionais que possam orientar e supervisionar esses alunos, contribuindo com a efetivação dessa inclusão.

Por fim, uma sociedade com compromisso de ser inclusiva, tem de estar direcionada pelas transformações intrínsecas dentro da educação, com a filosofia voltada não apenas para a minoria, e sim para todos, no direito de participação ativa,

contribuindo para seu desenvolvimento social. Essa ideologia vem no sentido de quebrar barreiras, visto que a maioria são indivíduos marginalizados, excluídos de oportunidades de mostrar seus talentos (SASSAKI, 1997, p. 168).

### **Tecnologia Assistiva**

Criado pela Lei Brasileira de Inclusão, que tem por responsabilidade a inserção escolar de forma completa, radical e sistemática, a tecnologia assistiva é uma característica interdisciplinar, que envolve produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços, de modo a objetivar a promoção da funcionalidade, em paralelo às atividades e participação de pessoas que possuem deficiência, mobilidades reduzidas e incapacidades, levando-as a autonomia, qualidade de vida e inclusão social (GALVÃO, 2009).

Em resumo, a definição de tecnologias assistivas é tudo aquilo que ajuda as pessoas com deficiência a terem a sua independência, de modo a proporcionar suas habilidades, ampliando sua autonomia.

A Lei Brasileira de Inclusão utiliza esse termo com referência às Deficiências. Se o aluno for surdo, sua característica é não ouvir se for reduzida nas mãos, sua característica é não poder segurar objetos, como uma caneta se o aluno for cego, sua característica é não enxergar.

Para a deficiência visual, a função da tecnologia assistiva é a transmissão de informações do mundo para a pessoa com deficiência, desde artefatos simples, como uma colher adaptada, uma bengala, um lápis, até sofisticados sistemas computacionais com finalidade de proporcionar maior independência e autonomia.

## **Apresentação do resultados**

É importante citar que, antes de iniciar esse estudo, aconteceu a primeira intervenção pedagógica, no mês de fevereiro 2019, quando o Núcleo Pedagógico do *Campus* salientou que, para vir a ter sucesso na inserção e permanência de alunos com deficiência visual (cegueira) na Instituição, seria necessário unir forças diárias com todos os setores e com os docentes.

Com apenas uma aluna portadora de atendimento especial matriculada no curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio, foi traçado uma estratégia pelo núcleo psicopedagógico da instituição direcionando as formas de acolhida dela, agente principal deste estudo. Dessa forma, estaria levando relatos, experiências e condutas em sala de aula por parte dos docentes, para que pudéssemos verificar as necessidades de melhoria pedagógica, condução de turma, diálogo com a família sobre o processo de ensino e aprendizagem e a perspectiva inclusiva da discente.

Dentre vários relatos oriundos de todos os professores por e-mail, em fevereiro de 2019, cita-



mos aqui o da professora de espanhol, dizendo da grande ansiedade da aluna que, com certeza, era um maior desafio para os professores. E uma observação é que os colegas de sala estavam também às vezes inquietos e, em outras, apáticos pela dificuldade em entender as atitudes ansiosas involuntárias da colega com deficiência que muitas vezes os atrapalhavam em linhas de raciocínio. (“Além disso, a aluna fala muito alto e acreditava também, ser devido à deficiência visual, por, talvez, buscar a certeza de estar sendo ouvida”). Nesse sentido, a professora termina sua fala dando ênfase ao tanto que a aluna com deficiência visual faz movimentos bruscos com o seu corpo, enquanto está sentada, de forma ininterrupta e fala da importância de se ter uma pessoa ao lado dela para minimizar esse grande sinal de ansiedade.

Foi planejado um encontro entre as bolsistas e a mãe da aluna. Ao chegar à casa da família, a aluna e sua mãe receberam bem às bolsistas e se mostraram muito entusiasmadas. Já no primeiro momento, a discente segurou firme nas mãos as bolsistas, ansiosa para conhecê-las e contar um pouco sobre si. Relatou parte do seu dia a dia no IFTM, das suas dificuldades nas aulas, do que gosta e do que não gosta, e questionando sempre em quais momentos estariam presentes com ela na escola intervalo, apresentações de trabalho, refeitório etc.

A mãe da aluna foi contando um pouco mais sobre sua filha, instruindo em como lidar com ela e para notificá-la em quaisquer atividades. Na despedida, a aluna se mostrava ansiosa para o início do Projeto e muito feliz por tê-las conhecido.

A partir daí foi feito um planejamento para o mês de abril em diante de como seria o acompanhamento e auxílio da aluna com deficiência visual em suas atividades acadêmicas.

Foram enviados aos professores responsáveis pelos primeiros anos, por e-mail, orientações imediatas para a inclusão de uma aluna com deficiência visual, explicando como proceder com as apresentações iniciais, como disponibilizar o conteúdo programático, utilização de recursos em áudio e vídeo e formas de trabalho com imagens, explorando a fala descritiva e o tato. Nesse e-mail, também reforçamos o conhecimento do laudo médico psiquiátrico com data do dia 23 de março de 2018, da aluna.

No decorrer dos meses, foram realizadas sensibilizações junto aos professores e alunos da sala onde a aluna com deficiência visual foi alocada. Fizemos coleta de dados e registro de como foi a recepção dos alunos e professores com a aluna e a reação da aluna junto à escola e alunos e professores, principalmente após a participação das bolsistas.

Informamos a todos os servidores da aquisição de um recurso visual com o nome de *Orcan My Eye 2*, um dispositivo de tecnologia assistiva vestível mais avançado para deficientes visuais, que lê texto, reconhece rostos, identifica produtos.

Houve orientações constantes aos professores em utilizar metodologias fundamentais para a flexibilização de suas disciplinas para a aluna, visto que o seu total entendimento de cada conteúdo demanda mais tempo de dedicação e que seria interessante em horários alternativos a aluna participar de aulas/cursos oferecidas/os exclusivamente para ela no intuito de sanar algum possível déficit que ela tenha e foi citado as estratégias utilizadas pelo professor de informática para seu aprendizado junto ao teclado e inserção à informática.

Ao passar dos meses, o comportamento da aluna vinha sendo bem mais tranquilo. Ela já escutava mais as bolsistas sem ficar exaltada ou ficar travada com raiva ou entristecida. A interação e apoio dos colegas com ela é maior e a paciência de todos também aumentou.

No mês de julho foi a primeira vez que a aluna participou efetivamente da disciplina de educação física, devido à professora fazer adaptações nas atividades e aulas de vôlei de modo que facilitou a ela não ficar apenas sentada como era antes.

As bolsistas e a mãe da aluna decidiram combinar algumas horas da quinta ou sexta-feira para ensinar em sua própria casa o Excel e aperfeiçoar a digitação no Word.

Pós-férias, no mês de agosto, a aluna participou com muita alegria e autonomia do Evento Mostra dos Saberes que envolve todas as turmas dos Cursos Integrados.

Em setembro, houve o desligamento da bolsista Stefani Ribeiro de Souza, tendo a necessidade da realização de um novo edital, para o levantamento da escolha de uma nova bolsista.

Em outubro, a nova bolsista Antônia Beatriz de Moura Santos iniciou suas atividades, acompanhando a aluna Ana Clara em suas atividades acadêmicas na parte da manhã.

Nos primeiros dias em contato com a Ana e com os seus colegas de classe, foi notado que a Ana ainda é excluída do restante da sala. A aluna tem uma necessidade de estar no meio de todas as atividades, ela quer participar de tudo, quer falar suas opiniões, ela quer participar bastante das aulas.

Aconteceu um fato em que dois professores levaram um vídeo legendado para a Ana Clara, entretanto, a audição é o que ajuda a aluna a ter uma melhor participação em sala de aula. Uma situação em que vários professores ainda não conseguiram se adaptar a essas metodologias de ensino.

A percepção que os professores precisam ter é que há uma necessidade de preparação para dar aula para uma pessoa com deficiência visual, porque a aluna tem muita vontade de participar das aulas e entender o assunto, sendo direito perguntar quantas vezes for necessário se não entendeu o que está sendo ensinado.

Um ponto a ser levantando é que as provas da aluna Ana Clara deveriam ser adaptadas ou então o próprio professor da matéria aplicar uma prova direcionada a ela, pois nem sempre as monitoras estarão

preparadas para saber todos os conteúdos, principalmente disciplinas de línguas estrangeiras.

Mesmo assim, avaliando a aluna na semana de provas, em que aconteceram várias avaliações finais, de todas as disciplinas aplicadas sempre no finalzinho do ano pela instituição antes das férias letivas, foi percebido um grande avanço da aluna, pois ela obteve maior controle de sua ansiedade e também melhorou a forma de guardar conteúdos facilitando o aprendizado durante esse ano.

## Considerações finais

Os objetivos do projeto foram alcançados, tanto em se manter a inclusão e a permanência da aluna com deficiência visual na Instituição, quanto nos resultados obtidos através do ensino-aprendizado recebido pelos professores.

Com os encontros realizados junto as bolsistas, por meio de reuniões mensais, foi possível aferir as dificuldades enfrentadas durante o processo de inclusão da aluna.

As avaliações foram realizadas através de registros em lista de frequência e pautado junto aos colaboradores servidores da instituição, de modo a assegurar o papel das monitoras escolares e possibilitar melhor adaptação da aluna, que a beneficiou em uma grande melhoria no comportamento social e controle de ansiedade.

É importante destacar o valor dessa experiência para a formação pessoal e vida acadêmica de todos os envolvidos nesse estudo, principalmente das bolsistas envolvidas em todo o processo.

Uma consideração a ser contemplada foi o benefício ao público externo, no sentido de servir de incentivo para mais pessoas com deficiência visual virem a estudar na instituição, de forma que os resultados sociais, econômicos e ambientais se deram pelo sucesso do ensino – aprendizagem que se alcançou junto à aluna com deficiência visual (cegueira), participante desse estudo, sendo percebido pela sociedade como uma ação inclusiva realizada pelo IFTM *Campus* Paracatu.

Foram atendidos os princípios norteadores do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração da instituição que, em consonância com a Lei nº 9.394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), teve por finalidade o desenvolvimento pleno da aluna, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir na continuidade dos seus estudos.

Para novos estudos, refletindo sobre a experiência adquirida, tem-se a necessidade de aquisição de recursos que irão auxiliar na acessibilidade e inclusão de futuros alunos com deficiência visual para o atendimento das expectativas e necessidades formativas, reforçando o contexto de uma educação profissional pública, gratuita e de qualidade.

## Referências

AAKER, David.; KUMAR, V. & DAY, G. **Marketing research**. John Wiley & Sons, Inc. 1995.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em 05 ago. 2019.

CARVALHO, Keila Miriam Monteiro de, GASPARETTO, Maria Elisabete Rodrigues Freire, VENTURINI, Nilze Helena Barbosa, KARA-JOSÉ, Newton. **Visão subnormal: orientações ao professor do ensino regular**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p.48.

CHURCHILL, Gilbert. **Marketing research: methodological foundations**. 2a ed. The Dryden Press.1998.

DOMINGUES, Celma dos Anjos. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual - baixa visão e cegueira**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

GALVÃO FILHO, Teófilo. **A Tecnologia Assistiva: de que se trata?** In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). *Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade*. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009. Disponível em: <http://www.galvaofilho.net/assistiva.pdf>. Acesso em: 05/08/2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v. 5, 2002.

KINNEAR, Thomas C. & TAYLOR, James R. **Marketing research: an applied approach**. Mc Graw Hill.1979.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAZZARO, José Luiz. **Mas, afinal, o que é orientação e mobilidade?** In: MACHADO, Edilene Vieira. *Orientação e Mobilidade: Conhecimentos básicos para a inclusão do deficiente visual*, Brasília: MEC/SEESP, 2003.

MAZZARO, J. L. **Baixa visão na escola: conhecimentos e opiniões de professores e pais de alunos deficientes visuais, em Brasília**, DF. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

OMOTE, Sadão. **Inclusão: da interação à realidade**. Marília: FUNDESP, 2004.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Adaptações Curriculares – Estratégias para Educação de Alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC, 1999, 64 p.

PRADO, L.S. **Sala de recursos para deficientes visuais: um itinerário, diversos olhares**. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão – Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

RESOLUÇÃO “AD REFERENDUM” Nº 79/2014, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014 Dispõe sobre a aprovação do **Projeto Político Pedagógico do Curso de Técnico em Administração, na forma integrada ao ensino médio, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu** – 2015/1.

WEISHALN, R. **Orientation and mobility in the blind children**. New York: Englewood Cliffs, 1990.